



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro iniciada a 3ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Arno Hugo Augustin, que discorrerá acerca do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federativas não-financeiras fixada para o primeiro quadrimestre de 2008, conforme o disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser apartado.

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

É praxe também desta Comissão optar, se for o caso, pela inscrição dos Deputados, permitindo que todos façam as suas perguntas, para que depois, numa única vez, o Sr. Secretário do Tesouro Nacional venha a respondê-las, cabendo por parte dos Parlamentares, evidentemente, a réplica.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

A Mesa está composta pelo Secretário-Adjunto, Sr. Cleber Oliveira, e pelo Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. George Soares.

Quero também registrar a presença do Terceiro-Vice-Presidente da Comissão, o Senador Gim Argello, que será o Relator da área de trabalho do Orçamento; e do Deputado Iran Barbosa, Líder do PT na Comissão de Orçamento.

Esta Comissão de Orçamento, no dia 2 de julho, apreciará o relatório da LDO, possibilitando que o Congresso possa votá-lo em plenário.

Dito isso, passo a palavra ao Sr. Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Arno Hugo Augustin. Por favor, Secretário.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Bom dia aos Deputados, ao Senador e a todos os presentes.

Conforme dito, o objetivo desta exposição é apresentar os resultados fiscais do primeiro quadrimestre deste ano de 2008.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Essa primeira planilha — os senhores têm isso em papel para acompanhar, mas creio que está legível ali — demonstra as metas do setor público para 2008, conforme aprovadas na LDO. Elas correspondem a 3,8% de superávit previsto para o setor público, lembrando que neste ano de 2008 nós voltamos a ter a meta do superávit não mais nominal, como em 2007, mas vinculada ao PIB. Portanto, na medida em que houver alterações no PIB, nós também teremos que ir adequando a meta, a fim de cumprir o 3,8% do PIB previstos na LDO.

Esses 3,8% estão distribuídos da seguinte forma: 2,85% no Governo Federal, dos quais 2,2% no Governo Central e 0,65% nas estatais. A meta, portanto, para o Governo central é de 62,7 bilhões de reais, conforme a projeção de PIB feita na reavaliação do segundo bimestre. E é de 18,5 bilhões de reais a meta para as estatais federais.

A próxima planilha já mostra os resultados que alcançamos no primeiro quadrimestre. Foram resultados muito positivos. Conforme a determinação do Decreto nº 6.439/08, a meta foi distribuída de tal forma que, no primeiro quadrimestre, ela era de 36 bilhões, 397 milhões de reais. Nós alcançamos resultado primário, nesse período, no Governo Federal, de 48 bilhões, 644 milhões de reais. Portanto, 12 bilhões, 247 milhões de reais acima da meta.

É importante ressaltar que esse resultado primário muito positivo corresponde a despesas do Governo Central menores do que o PIB nominal e também a um movimento de receita muito forte, principalmente no início deste ano — janeiro, fevereiro —, um movimento que não deverá repetir-se ao longo de todo o ano. Ou seja, o resultado fiscal do primeiro quadrimestre, um resultado excepcional, tende a diminuir em termos de impacto ao longo do ano, em função das especificidades do início do ano, principalmente na receita — a receita de janeiro, sobretudo, porque em fevereiro e março foi diminuindo o crescimento de receita —, de forma que não se poderiam projetar responsabilmente esses resultados para o ano inteiro.

A próxima planilha mostra o resumo do resultado fiscal alcançado: 36,4 bilhões de reais era a meta, e o realizado foi de 48,6 bilhões de reais, segundo a metodologia — abaixo da linha — do Banco Central, prevista na LDO.

Essa planilha mostra o resultado primário do Governo Central, acumulado no ano, em relação ao PIB. Neste gráfico, fica evidente o fato de que o resultado primário de 2008, do Governo Central, de 5,38% do PIB, reproduz a sazonalidade normalmente existente no primeiro quadrimestre, que é mais alta. Mas ele vai além disso. Nessa série, desde 2002, é o maior resultado. Esse resultado positivo é uma das razões pelas quais o Governo anunciou recentemente



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que vai criar um sistema anticíclico de resultado primário, a partir do fundo soberano, a fim de que, nesses momentos de resultado primário mais positivo, possamos poupar para o futuro.

Em relação ao setor público consolidado, repete-se a mesma configuração: em 2008, no primeiro quadrimestre, o primário foi de 6,82%, o maior da série.

Na próxima planilha, uma das questões mais positivas é que nesse primeiro quadrimestre, pela primeira vez na série, o Governo Central teve superávit nominal. Tivemos um superávit nominal de 1,5% do PIB. Ou seja, o Brasil, nesse período, teve resultado primário suficientemente grande para arcar com todas as despesas financeiras decorrentes da sua dívida, com folga de 1,5% do PIB. Não havia ocorrido ainda, na série, resultado nominal quadrimestral positivo. O Brasil já tinha tido meses de resultado nominal positivo, mas essa é a primeira vez que temos um quadrimestre com resultado nominal positivo.

Ainda estimamos para 2008 resultado nominal negativo, mas em percentual bem menor do que em outros momentos. Ou seja, a evolução do superávit nominal é muito positiva.

A *performance* do setor público consolidado também foi boa, com resultado nominal positivo de 0,76% do PIB. Foi também a primeira vez na série que tivemos um quadrimestre com resultado nominal positivo. Portanto estamos muito otimistas com as contas fiscais. O País está caminhando para não ter mais déficit nominal, e isso é muito importante em termos de equilíbrio das contas públicas.

A próxima planilha mostra o resultado fiscal distribuído entre Governo Central e estatais federais. O Governo Central teve superávit de 48 bilhões, 693 milhões de reais, contra 33 bilhões, 297 milhões de reais em relação ao mesmo período do ano passado, ou seja, um resultado este ano 15 bilhões de reais acima do anterior. As estatais federais tiveram, por sazonalidade na despesa, pequeno déficit nesse período de 50 milhões de reais, mas a meta é analisada no consolidado — Governo Central e estatais federais. E isso não causa preocupação, porque a previsão das estatais para o ano é de cumprimento do estabelecido na LDO e no decreto.

A planilha seguinte mostra a evolução dos investimentos. É também uma preocupação importante para o País que cresçam os investimentos, em especial os investimentos do PAC e do PPI. No período, houve crescimento de investimentos no PPI de 140% — 1 bilhão, 637 milhões de reais no período contra 681 milhões de reais, no mesmo período de 2007. Chama a atenção, portanto, o fato de que o superávit bastante forte não significou redução, mas sim aumento dos investimentos, e consideramos isso muito positivo.

A seguir, a planilha de investimentos totais do Governo, incluindo o PAC, o PPI e os demais investimentos, mostra crescimento de 5 bilhões, 374 milhões de reais no período contra 4 bilhões, 693 milhões de reais no mesmo período do ano passado.

A próxima planilha mostra o resultado fiscal em 12 meses. Ou seja, inclui o primeiro quadrimestre deste ano e o segundo e o terceiro quadrimestres de 2007, para efeitos de observação da evolução das contas. Por esse critério, o resultado primário foi de 4,23%, e o resultado nominal negativo de 1,9% do PIB. Esse resultado nominal é o melhor da série. O Brasil nunca teve resultado nominal abaixo de 2% antes desse quadrimestre. Ele já foi resultado negativo de 7% do PIB e vem se reduzindo paulatinamente.

Estimamos redução ao longo do ano e estamos bastante otimistas com relação ao fato de que em 1 ou 2 anos o Brasil não venha mais a apresentar déficit nominal. Essa é uma das razões pelas quais o Brasil recebeu recentemente o grau de investimento de duas das principais agências de *rating* do mundo, atestando sua solidez fiscal. As agências de *rating* olham muito o resultado fiscal, e essa evolução positiva, sem dúvida, foi um dos motivos de o Brasil atingir o grau de investimento, além da solidez da economia brasileira, da política monetária, da evolução positiva do crescimento econômico e das contas externas.

A próxima planilha mostra a expectativa de evolução da dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Em 2003, a dívida líquida do Brasil era de 52,4% do PIB. Em 2007, fechamos o ano com 42,7%, ou seja, 10 pontos percentuais abaixo. O último dado do quadrimestre mostra uma dívida líquida do setor público de 41% do PIB. Isso quer dizer que estamos evoluindo rapidamente no sentido de ter uma relação dívida/PIB proporcional à de países em melhor situação fiscal. A previsão que fazemos na LDO de 2009, que se encontra em análise no Congresso Nacional, é de que tenhamos, em 2011, uma relação dívida/PIB de 31%. A previsão do mercado é um pouco acima, mas, felizmente para o País, temos visto que a evolução das contas públicas, em geral, tem sido melhor do que a estimativa.

Por exemplo, a estimativa da LDO do ano passado para a relação dívida/PIB deste ano é superior ao ponto em que já estamos. Ela é acima dos 41% que já atingimos nos primeiros 4 meses. Portanto, temos observado que os dados fiscais têm mostrado evolução mais positiva do que as projeções mais otimistas.

Por fim, a evolução da dívida pública no último período. O nosso estoque de dívida em 31 de dezembro de 2007 era de 1 trilhão, 236 bilhões de reais; o estoque em 30 de abril de 2008 era de 1 trilhão, 230 bilhões de reais. Isso quer



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dizer que houve redução do estoque de dívida no mercado colocado pelo Tesouro Nacional. Evidentemente, essa redução tem a ver com esse resultado primário mais forte, mais positivo. E em função do momento do mercado, com maior volatilidade, e com o resultado primário mais forte, estamos com uma estratégia de não aumentar muito significativamente o estoque da dívida pública.

Os juros nominais no período foram de 48 bilhões de reais, correspondendo a 3,95% do PIB.

A dívida externa teve o mesmo comportamento: houve redução. O estoque em 31 de dezembro de 2007 era de 108 bilhões, 884 milhões de reais, contra 99 bilhões, 610 milhões de reais em 30 de abril de 2008. Essa redução decorre de juros nominais positivos e de variação cambial negativa — ou seja, houve redução da dívida externa em função da variação cambial, no caso a valorização do real — e também de emissões e resgates, no período, de 8 bilhões, 650 milhões de reais.

O conjunto da dívida teve, portanto, evolução de estoque de 1 trilhão, 345 bilhões de reais para 1 trilhão, 330 bilhões de reais, com variação nominal negativa, ou seja, redução da dívida total no montante de 15 bilhões de reais.

O Plano Anual de Financiamento estabelece uma série de parâmetros e uma evolução que também consideramos positivas. Chamo a atenção para o fato de que o prazo médio da dívida do Governo vem aumentando, o que é positivo. Estamos com prazo médio de 41 meses, e o percentual vincendo em 12 meses também vem tendo evolução positiva, vem se reduzindo. Então o prazo médio nesse período, desde o final de 2007, época do último relatório, subiu de 39 para 41 meses, e o percentual vincendo em 12 meses caiu de 28% para 25%. Portanto houve alongamento da dívida.

Outro elemento que consideramos positivo, em especial em um momento ainda de volatilidade do mercado internacional e nacional, é a participação de índices prefixados e atrelados a índices de preços, que estão em 57,7%, ou seja, uma evolução adequada também do perfil da dívida.

Esse não foi um período de tranquilidade no mercado internacional e, evidentemente, isso sempre se reflete no gerenciamento da dívida interna. Apesar disso, os resultados, na nossa opinião, são muito positivos e mostram evolução em termos de prazo, de qualidade, de perfil da nossa dívida pública e, como disse antes, certamente é uma das razões pelas quais o Brasil recebeu o grau de investimento de duas das 3 principais agências de *rating* do mundo.

Era isso o que eu tinha a dizer nesta exposição inicial.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Arno Hugo Augustin, por colocar-se à disposição desta Comissão, ter antecipado o calendário em uma semana e abruptamente atender ao convite para que hoje viesse cumprir a exigência legal de apresentar esses resultados a esta Comissão.

Destaco também o trabalho da assessoria desta Comissão, da secretaria da Mesa, fundamental para que isso acontecesse.

É com prazer que passo a palavra ao Deputado José Guimarães.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, Sr. Secretário do Tesouro Nacional, demais convidados, primeiro, quero ratificar o que disse V.Exa., Sr. Presidente, quanto à necessidade de votarmos a LDO até o dia 2. Isso é muito importante. Faço essa referência inicial porque tivemos muitos problemas na votação do Orçamento de 2008. Mas mesmo tendo causado atraso para a execução orçamentária, os dados apresentados pelo Secretário mostram que — se compararmos o primeiro quadrimestre de 2007 com o primeiro quadrimestre deste ano, ainda que possamos dizer que teve restos a pagar — houve acréscimo grande no investimentos do Governo, de 4,6 bilhões de reais para 5,3 bilhões de reais, segundo os dados apresentados.

Esta Comissão pode, sim, dar contribuição importante para que não se atrase a votação do Orçamento. Como disse há pouco V.Exa., a LDO é a cara do Governo. Portanto é muito importante esta Comissão trabalhar nessa direção. Na qualidade de membro desta Comissão e coordenador da bancada do PT, vamos colaborar para que votemos a LDO na data estabelecida por V.Exa.

Em segundo lugar, quero congratular o Secretário pela consistência dos dados apresentados por S.Sa. Ainda que os Parlamentares não estejam hoje aqui, e é compreensível, por conta da votação que tivemos ontem até tarde — quando há votação muito polêmica na Casa, no outro dia, há certa ressaca —, isso não significa que S.Sa. não tenha o prestígio que tem ou que os Deputados deixam de reconhecer o seu belo trabalho à frente da Secretaria do Tesouro Nacional.

A partir dos dados apresentados por V.Sa., Secretário, tenho 3 perguntas a formular. A primeira é: em função do cumprimento da meta do superávit primário no primeiro quadrimestre, há possibilidade de revisão do Decreto nº 6.439/08, quanto ao contingenciamento? Haveria possibilidade de revisão desse decreto que contingenciou o orçamento, principalmente para os Ministérios do Turismo, do Esporte e das Cidades? É apenas uma observação. Fique absolutamente à vontade, dentro das suas responsabilidades como Secretário do Tesouro Nacional.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A segunda pergunta, Secretário, é para retomar a questão da inflação, algo que nos preocupa a todos. A mídia vem forçando muito a barra — a inflação está sob controle — e não considera o que está acontecendo no mundo. Quero ouvir a explicação de V.Sa. e sua opinião sobre o impacto que isso poderá ter internamente em nosso País.

A terceira questão é relativa ao fundo soberano. Claro que entendi bem, do ponto de vista técnico, como seria a composição desse fundo, mas qual seria a finalidade para nós do Governo desse fundo soberano?

No mais, Sr. Presidente, registro que esta Comissão está trabalhando em bom tom, e a perspectiva é de que trabalhe cada vez mais para que, até o final do ano, cumpramos nossa missão constitucional de votar a LDO e o Orçamento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Deputado José Guimarães.

Com a palavra o Deputado Edson Ezequiel.

Vou permitir que as perguntas sejam feitas inicialmente, para depois o Secretário respondê-las.

**O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL** - Parabênzo a Comissão, em particular o seu Presidente, nosso colega Deputado Mendes Ribeiro Filho, e agradeço aos palestrantes a exposição. Peço escusas, porque, como foi dito aqui, o dia de ontem foi complicado. Passei no plenário para registrar presença e cheguei atrasado alguns minutos.

Não faço parte desta Comissão, sou da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, mas como o assunto é conectado com o da minha Comissão e gosto do tema — apesar de engenheiro sou pós-graduado na área de economia e tenho prazer com o assunto — estou aqui.

Vou ser bastante sucinto, até porque o colega Deputado José Guimarães fez uma das perguntas que estava preparado para fazer.

Sem dúvida nenhuma, existem alguns resultados que qualquer pessoa de bom senso e que entenda um pouco de economia tem que elogiar neste Governo.

O primeiro, dos mais fundamentais, é demonstrado claramente na curva da dívida líquida do setor público *versus* o PIB. Ora, qualquer tipo de ação, seja estrutural, seja conjuntural, de alguma forma vai afetar esse fator, que, no fundo, talvez seja um dos mais importantes que nos levaram a atingir — pelo menos na avaliação de uma agência — o grau de investimento. Esse é um fator de primeira relevância. Não foi ele isoladamente que nos proporcionou isso, mas sem dúvida nenhuma ele é dos mais importantes.

Vejo que há aqui uma projeção, provavelmente planejada — cheguei no momento em que V.Sa. estava mostrando essa curva — e a outra, tracejada, um pouco mais acima, considera as flutuações do mercado e a crise mundial, seja pela situação das *commodities*, seja pela situação do setor imobiliário americano.

Dentro desse aspecto, gostaria de ouvir algumas palavras sobre o reflexo na nossa economia da crise imobiliária americana, que ainda não acabou, na minha visão e na de muitos especialistas. Não que o volume de casas ou apartamentos retomados possa sofrer grande modificação ou que possa haver quebra significativa de muitos bancos daqui para a frente. Mas, certamente, num efeito cascata, vão ocorrer ganhos abaixo do esperado pelo mercado, não só americano como também de outros países, bem como um efeito colateral em outros setores da economia mundial. Gostaria de saber como nossos pensadores da área executiva do Governo estão analisando o desenvolvimento desse fato para 2008.

O segundo ponto tem a ver com uma das preocupações maiores de qualquer governo, ou seja, fazer com que a sua dívida pública seja composta por uma cesta mais administrável. Isso ficou evidente, sem dúvida nenhuma, no fato de o Governo ter diminuído nossa dependência da Taxa SELIC, com a redução para pouco mais de 30%, aproximadamente um terço, do volume da dívida vinculada a esse índice de correção — essa participação já foi bem maior: 46,5% em 2003; em 2002 estava um pouco acima —, e ter aumentado a participação de títulos prefixados e reajustados pelo índice de preços, o que proporciona saber quanto se vai pagar. Forma-se assim uma cesta prefixada. E fica um pequeno percentual da dívida vinculado à SELIC e ao câmbio, que, teoricamente, pelo menos no momento atual, age como um amortecedor.

Mas sabemos que as perspectivas não são tão positivas quanto à conta de transações correntes, não a curto, mas a médio prazo. Então gostaria de ouvir os senhores sobre se não há preocupação de não se conseguir manter esses ganhos. Porque está bonito. Conseguimos reduzir a parte indexada à SELIC, e o real, para a nossa sorte, continua forte, com valorização de 9% ou 10%, mas o câmbio pode se alterar, dependendo da evolução das transações correntes, e, conseqüentemente, altera-se o cenário para manter essa situação. E eu não estou falando nem em melhorar, mas em manter essa situação, que eu já acho bastante favorável.

Termino querendo ouvir um pouco sobre o fundo soberano, sobre o que o colega Deputado José Guimarães falou também. Quero saber sobre a própria composição, que já foi colocada diversas vezes na boca do Ministro pelos jornais,



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mas eu ainda não ouvi exatamente como é que ele vai ser constituído. Eu já li, sei o que os jornais dizem, mas queria ouvir dos senhores algo quanto à sua constituição e quanto à sua utilização.

Apenas reforço com o seguinte: os fundos soberanos que conheço — eu estive num congresso de economia, por exemplo, na Rússia — são todos frutos de superávit em alguma *commodity* que o país possui em larguíssima escala. Por exemplo, na Rússia, gás e petróleo; e vai por aí afora. Em tal lugar é o cobre; em tal outro lugar é isso e aquilo. Nós não temos um produto que seja característico. Então esse dinheiro teoricamente não vem disso. Vai vir de mais um aperto fiscal? Se for aperto fiscal com aperto de gastos do Governo acho que estamos no caminho certo.

Era isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu queria explicar que a campanha não está sendo utilizada pelo Presidente. É que, quando o Secretário se movimenta, sua perna bate na campanha. Na outra interrupção, eu estava sem microfone, e a campanha estava tocando, mas não era o Presidente que estava chamando a atenção de ninguém. Quero deixar isso bem claro.

Deputado Chico Lopes, por favor.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Bom dia a todos. Quero saudar os convidados. Geralmente, os economistas que não são simpáticos ao Governo — e a Oposição trabalha com isso —, juntam dívida externa e interna e fazem um carnaval sem muito ajudar na solução do problema. Como o problema da dívida externa foi sendo resolvido, eles a deixaram de mão e sempre atacam a dívida interna. E se em 2002 ela era de 52,4% do PIB e há perspectiva para 2010 de baixar para 31% do PIB, eu gostaria de saber — inclusive para eu aprender —, de maneira mais simples, que mecanismos foram ou estão sendo utilizados para que isso aconteça. Porque quando V.Sa. fala para o grande público sobre dívida interna e externa e não explica, muitas vezes até nós mesmos sentimos dificuldade.

Eu gostaria de aprender algo nesse sentido, porque acho que nas discussões, atualmente, já não se fala da dívida externa; o grande calcanhar-de-aquiles é a dívida interna. Gostaria que didaticamente me explicasse um pouco essa questão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. Tem a palavra o nosso Relator, Deputado Jorge Khoury.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** - Bom dia a todos. Sr. Presidente, peço desculpas também por não ter podido chegar em tempo de ouvir a palestra do Secretário. Como V.Exa. e os colegas sabem, na Casa temos que fazer várias coisas ao mesmo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Assumimos o compromisso de fazer com que a palestra do Secretário seja disponibilizada para todos os membros da Comissão.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** - Eu a recebi. Fiz essa ressalva para dizer que, como não ouvi a palestra, pode ser que a minha pergunta já tenha sido comentada por S.Sa.

A minha questão é mais para ouvir o sentimento do Tesouro Nacional com relação ao superávit. Quero saber como V.Sa., Secretário, entende o fato de o superávit primário ter resultado muito superior ao previsto. Isso tem a ver com a elevada carga tributária? Se for positiva a resposta, esse tipo de entendimento também não arrefeceria o crescimento do PIB?

Era basicamente essa a questão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra ao Secretário, lembrando que já se iniciou a Ordem do Dia.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Eu queria pedir desculpas, porque eu não sabia da existência de uma campanha aqui e, involuntariamente, eu a apertei.

Acho todas as questões muito importantes, pertinentes e vão me permitir talvez explicar melhor a posição do Governo, do Tesouro Nacional, quanto a este momento bastante positivo da economia brasileira e das contas fiscais.

Vou começar pelos questionamentos do Deputado José Guimarães sobre a política fiscal. De alguma forma todos os Deputados se referiram a isso, para saber qual a nossa política fiscal para o próximo período, a questão do superávit primário. Então vou abordar isso como um todo.

Tivemos resultado primário maior do que nos primeiros quadrimestres dos anos anteriores e maior do que a própria previsão do decreto. Isso decorreu de 2 fatores — isso é muito importante ser compreendido. Tivemos variação da receita em relação ao PIB nominal positiva, ou seja, ela cresceu um pouco mais do que o PIB nominal, algo em torno de 4%. E tivemos uma variação da despesa em relação ao PIB nominal menor, algo em torno de 3%.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, embora se fale muito do crescimento da receita, tem sido pouco referido que a despesa do Governo Central caiu em relação ao PIB nominal no primeiro quadrimestre deste ano. Esse resultado primário positivo decorre, então, de 2 fenômenos: há, sim, um fenômeno de receita, indiscutivelmente, mas há também um fenômeno de redução de despesa.

O Governo vem trabalhando nesse sentido, a partir da sua avaliação do momento da economia brasileira. Esse é um momento muito positivo, de crescimento forte, de demanda forte, em que, portanto, o gasto público pode, sim, ser usado como elemento anticíclico, ou seja, ele pode ter um pouco o efeito de contração, neste momento, para que a economia cresça aquilo que se projetou, algo em torno de 5%. Ou seja, o Governo apresentou no início do ano passado, no PAC, a idéia de um crescimento do País em torno de 5% nesse período. No ano passado tivemos crescimento um pouco acima disso. Os dados do final do ano passado mostravam que o crescimento estava um pouco acima disso. Então, estamos adotando uma política levemente de contração, neste período, exatamente para que o setor público auxilie no sentido do equilíbrio.

O Brasil pode e deve continuar a crescer de forma equilibrada. E o setor público pode e deve analisar o momento da economia e adequar o seu próprio ritmo, no sentido de que o crescimento atinja aquilo que se previu, nem mais nem menos, para que se atinja algo próximo dos 5%, conforme previsto.

O resultado primário deste início de ano é decorrência disso. Ou seja, nos momentos em que se entende que o setor público pode dar contribuição de contração, porque é oportuno, deve-se fazê-lo, e nós o fizemos. Felizmente, sem que isso prejudicasse os investimentos, que são estratégicos.

Por que os investimentos são estratégicos e são necessários ao crescimento? Se a infra-estrutura não crescer junto com a economia, teremos na seqüência problemas de equilíbrio da infra-estrutura pública dentro do crescimento projetado. Então, como é possível fazer o investimento crescer e ter contração de gastos públicos, estamos trabalhando nesse sentido e conseguimos fazer isso.

E aqui refiro a questão da inflação. A preocupação do Governo é no sentido de que, evidentemente, o País não tenha um efeito negativo de um fenômeno que é mundial. O mundo hoje tem um problema forte de inflação de alimentos e de *commodities*, em especial de alimentos. A inflação que temos no Brasil hoje é basicamente isso. Ela não é uma inflação decorrente de desequilíbrio de demanda. A nossa capacidade instalada vem crescendo. Os dados do PIB que acabaram de ser anunciados mostram que a formação bruta de capital foi o impulsionador do PIB. Ou seja, nós continuamos a ter o investimento crescendo bem mais do que o PIB. Cresceu mais de 15% a formação bruta de capital nesse quadrimestre, ou seja, 3 vezes o crescimento do PIB, ou um pouco menos do que 3 vezes o crescimento do PIB. E isto é positivo, significa equilíbrio. É preciso crescer a capacidade instalada, é preciso crescer a infra-estrutura pública e é preciso ter demanda crescendo de forma equilibrada. Ela já produziu um pouco em relação àquele nível do final de 2007, portanto enxergamos de forma positiva.

O Governo, no caso do atual momento da economia, tem agido no sentido de manter o crescimento com equilíbrio, sem que esse fenômeno da inflação, que é um fenômeno mundial, não decorrente de desequilíbrio interno da economia brasileira, afete o País. Nós temos todos os países com um problema forte de inflação, principalmente de alimentos. Não se encontrará países nos quais as *commodities* de uma forma geral e os alimentos não estejam influenciando a inflação. E o Governo vem tomando atitudes no sentido de conter isso, como foi, por exemplo, a redução da CIDE, para que a evolução do preço dos combustíveis não tivesse impacto inflacionário maior; algumas reduções de tributos em alimentos, como o caso do trigo, do pão; e redução de contribuições, como no caso da COFINS. Além disso, há um conjunto de medidas de atenção ao nível da atividade econômica.

Portanto, achamos que o País está respondendo de forma muito adequada às ações na área econômica. Há dificuldade no choque de preços externos de *commodities*, algo que não decorre do equilíbrio interno da economia. Assim, estamos vendo isso de forma positiva.

E o fundo soberano se enquadra nessa conjuntura. O que é o fundo soberano? Como temos, neste momento, a possibilidade de ter um resultado primário maior, nós devemos poupá-lo. Devemos fazê-lo e poupá-lo. Nós vamos — o Governo já anunciou isso, o Ministro Mantega já deferiu — destacar 0,5% do PIB para o fundo soberano de origem fiscal como uma poupança anticíclica. Ou seja, neste momento em que é possível fazer um resultado primário maior — e é recomendável fazer um primário maior, em função dos movimentos econômicos —, nós vamos fazê-lo e aplicá-lo de tal forma a utilizá-lo em outra conjuntura em que, eventualmente, o País possa necessitar dele para ter um impulso no crescimento. Mas a idéia é de que essa situação não ocorrerá. A tendência de crescimento da economia é bastante pujante, forte, e achamos que vai continuar. Portanto, o fundo soberano é isso. Ele é, antes de mais nada, um fundo fiscal anticíclico, no sentido de que, nos momentos em que o resultado primário possa ser maior, ele será colocado no fundo. Do ponto de vista das metas não muda, porque a meta de superávit primário continua 3,8% mais 0,5%. Além dos 3,8% vai



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

haver 0,5% do PIB, que nós vamos destacar para o fundo soberano. Evidentemente, o Congresso Nacional analisará a proposta do fundo que o Governo vai encaminhar para cá.

Quanto ao câmbio e à dívida, eu queria chamar a atenção para o fato de que esses dados que eu apresentei são os dados da dívida do Tesouro Nacional. Eles não incluem a parte do Banco Central. Do ponto de vista da nossa dívida externa, dívida vinculada a câmbio, há uma mudança muito importante. O Brasil não é mais um país devedor líquido. Ele é um país credor líquido como um todo e, em especial, no setor público.

O Deputado levantou a questão sobre qual seria o efeito de uma mudança no câmbio com uma eventual desvalorização do real. Hoje, o efeito de uma desvalorização cambial é bem diferente do que já foi. Ele será no sentido de reduzir a dívida total. Por quê? Porque nós somos credores líquidos. Nós temos um estoque de reservas que é o dobro da dívida. Isso significa que, se houver uma desvalorização, o resultado nominal será mais positivo. Portanto, é uma mudança importante.

O Deputado levantou a questão das dívidas externa e interna. Na verdade, o País diminuiu muito a dívida interna; é inclusive credor líquido hoje. Ele não é mais devedor líquido. E isso, em parte, foi transformado em dívida interna. Há uma preocupação, evidentemente, nossa com um melhor gerenciamento disso. De qualquer forma, o importante é que o dado da dívida líquida, em relação ao PIB, mostra uma queda importante. O Brasil, em 2003, devia 51% do seu PIB; hoje, ele deve 40%. Sobre a questão mesmo que o Deputado levantou da evolução, que o mercado às vezes tem uma evolução um pouco mais pessimista, eu queria só referir que a previsão que nós fazíamos no ano passado para 2008 era uma relação dívida PIB, no final do ano, de 41.4%. Nós já estamos com 40.95% até abril. Nós já estamos com 40%. Nós já estamos na frente da previsão, que à época era otimista. Eu me lembro que no ano passado eu estive aqui e naquele momento o mercado via isso um pouco mais de forma pessimista. Então, vejo de forma positiva.

Por fim, a questão do *subprime* e do momento da economia internacional. De fato essa é uma crise grave, importante, mas que, na nossa opinião, não atingiu e não atingirá o Brasil. Chamo a atenção para o fato de que o Brasil teve grau de investimento durante uma das crises internacionais mais fortes que o mundo já viu. Ou seja, o Brasil neste momento de volatilidade internacional melhorou a sua situação. E nós estamos bastante, obviamente, atentos sempre a que a evolução desse problema dos mercados internacionais, principalmente americanos, não irá nos afetar de forma negativa. Os efeitos — já vem há bastante tempo essa crise — na economia real sempre foi um temor muito grande e isso pode talvez arrefecer um pouco o crescimento.

No lado fiscal, nós estamos hoje bem melhor do que antes da crise *subprime*. E mesmo nos mercados do ponto de vista financeiros — eu chamo a atenção, por exemplo, para o fato de que nós, depois da crise, agora, há 2 anos, fizemos uma emissão internacional em dólar com a menor taxa da história —, apesar da crise, o Brasil é visto como um País forte, sólido. Os investimentos estrangeiros vêm vindo com força. Portanto, os fundamentos da economia brasileira se impuseram. Eu sempre referia antes, durante o início da crise dizendo que a avaliação que nós tínhamos é que o País sairia mais forte dessa crise do que entrou. Por que isso? Porque ele enfrentou o momento de dificuldade internacional e pôs à prova. Uma coisa é a gente dizer que os fundamentos são sólidos, outra coisa é testá-los. O País está testando e está indo bem.

Portanto, acho que essa crise não terá efeito, efeitos sempre os temos, mas não terá efeito significativo nem para o crescimento do País e nem para o lado fiscal, o lado externo, reservas. Enfim, acho que estamos cruzando bem a tempestade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero saudar a presença do Gilberto, agradecer a presença do Secretário do Tesouro Nacional, dos membros desta Comissão, do nosso Líder do Governo, Deputado Gilmar, e dizer que foi uma satisfação. Mais uma vez a Comissão de Orçamento cumpriu com a sua tarefa constitucional.

Agradeço a presença ao Secretário, a sua disponibilidade. E, mais uma vez, comunico que todas as palavras do Secretário ditas aqui serão distribuídas para todos os Deputados desta Comissão que irão expor a sua posição.

Quero agradecer a presença a todos.

Dou por encerrada a reunião.